

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1358101 - RJ
(2018/0228194-0)**

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
**EMBARGANTE : MANTECORP LOGISTICA, DISTRIBUICAO E
COMERCIO S.A.**
**ADVOGADOS : LEONARDO DE CAIRO MELLO - RJ122851
EDSON WIZIACK JUNIOR - RJ133969
ROBERTO DIAS CECOTTO - RJ163738
EDOARDO NASCIMENTO PICORELLI XAVIER E
OUTRO(S) - RJ186967**
EMBARGADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INTEMPESTIVIDADE DO AGRADO. FERIADO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO POSTERIOR. ART. 1.003, § 6º. DO CÓDIGO FUX. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DA EMPRESA REJEITADOS.

1. Os Embargos de Declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado.

2. A parte recorrente deve comprovar a existência do feriado ou o ato de suspensão por meio de documentação idônea, não servindo a essa finalidade mera menção, no corpo da petição, da existência de legislação ou ato normativo (AgInt no AREsp. 1.090.574/SP, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 19.12.2017). No mesmo sentido: AgInt no AREsp. 1.290.369/SP, Rel. Min. ASSUSETE MAGALHÃES, DJe 12.12.2018; AgInt nos EDcl no AREsp. 1.019.960/SP, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 22.10.2018; AgInt no AREsp. 1.274.520/GO, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 21.8.2018 e AgInt no AREsp. 1.267.715/SP, Rel. Min. NEFI CORDEIRO, DJe 29.8.2018.

3. No caso em apreço, não se constata a presença de qualquer eiva a macular o acórdão embargado que, de forma clara e expressa, afirmou que não houve a devida comprovação do feriado local por meio de documentação idônea, o que impede o conhecimento do recurso por sua evidente intempestividade.

4. Assim, não havendo a presença de quaisquer dos vícios elencados no art. 1.022 do Código Fux, a discordância da parte quanto ao conteúdo da decisão não autoriza o pedido de declaração, que tem pressupostos específicos, os quais não podem ser ampliados.

5. Embargos de Declaração da Empresa rejeitados.

ACORDAO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, rejeitar os embargos de declaração, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

